

### Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

**FLASH** 

9538

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: Soter Magno

**Data:** 05/11/2019

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 143/2019. Concede o título declaratório de Utilidade Pública Municipal à "Associação dos Moradores do Bairro Sapucaia". (Referente à Lei nº 5.208, de 06/12/2019).

Controle Interno – Caixa: 25.14 Posição: 20 Número de folhas: 05

Cotigoria i Utilidade Miliono. CX: 25.14 Cudem: 20 nº fle: 35

AUTOR:



# Câmara Municipal de Montes Claros

Lei. 5.208 06/32/19

PROJETO DE LEI N° 143/2019

SSUNTO:	
Concede Título Declaratório de Associação dos Moradores do I	e Utilidade Pública Municipal a Bairro Sapucaia.

Vor Sotor Magna Carma

MOVIMENTO
1 - Entrada em -05/11/2019
2 - Comissão Legislação e Justiça. 3 - A pur VA for En PE Gint de o para Co
4-EM. 03.12. 2019.
5 - (
7
8- Rest 06/11/19
10 -



**Gabinete do Vereador Soter Magno Carmo** 

PROJETO DE LEI Nº <u>143</u>/2019

### Concede Título Declaratório de Utilidade Pública

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil, legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO SAPUCAIA", inscrita no CNPJ sob o nº 17.231.822/0001-86, com sede na Avenida Domingos de Abreu Vieira, nº 1112 Bairro Sapucaia, neste Município de Montes Claros MG.
- Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 22 de Outubro de 2019

Soter Magno Carmo Vice Presidente

PROTOCOLO

LIERE XRECEB.

31/01209

HORAL 9:101

MEIO AMBIS

preservar & proteger



A COMISSAL DE MEDITS CLASS A COMISSAL DE LEGISLAÇÃO EMOSOL MOSGRAGOS 2019 DE MOSOL MOSGRAGOS 2019

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
RECOMME DE URGEN GA
EMOZOE RECOMBINO DE 20/9

PRESIDENTE

#### ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 143/2019 QUE "Concede Título Declaratório de Utilidade Pública à Associação dos Moradores do bairro Sapucaia", de Autoria do Vereador Soter Magno Carmo.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sobre comento tem por objetivo conceder título declaratório de utilidade pública a Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca de Montes Claros-MG.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 06 de novembro de 2019.

Luciano Barbosa Braga Assessor Legislativo OAB/MG 78605

### PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 143/2019

AUTOR: Ver. Soter Magno Carmo

MATÉRIA: "Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação dos Moradores do Bairro Sapucaia.

### I – RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 05/11/2019 com entrada na Sala das Comissões no dia 11/11/2019.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

### II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto tem como objetivo conceder título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Associação dos Moradores do Bairro Sapucaia.

Nos termos do art. 2º do estatuto, a referida entidade tem, dentre outras finalidades, a de sugerir, desenvolver, promover, coordenar e executar ações e programas de pesquisa, ensino e extensão, atividades técnicas e culturais e de proteção em prol do meio ambiente e em especial da fauna e flora da Serra do Mel, bairro Sapucaia e adjacências.

Verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de e atende os requisitos legais previstos em lei.

### III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2019

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Vice-Presidente : Ver. Maria Helena de Quadros Lopes